

# Abril Verde: saúde mental no trabalho em tempos de mudanças climáticas



» ANDRÉ PESSOA  
Vice-Coordenador Nacional Adjunto de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do MPT

» RAYMUNDO RIBEIRO  
Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do MPT

» GISELA NABUCO  
Vice-Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do MPT

O debate sobre saúde e segurança no trabalho nunca foi tão urgente. Em um cenário de mudanças climáticas intensas e transformações profundas na organização do trabalho, impõe-se uma questão central: como garantir que o trabalho, dimensão essencial da vida, não se torne fonte de adoecimento?

Esses fenômenos são interdependentes. As mudanças climáticas não apenas geram riscos físicos, como também intensificam os fatores de risco psicossociais, ao ampliarem a insegurança, a pressão por produtividade em contextos adversos e a instabilidade nas condições laborais.

Tradicionalmente, a prevenção concentrou-se nos riscos físicos, químicos e biológicos. Hoje, reconhece-se que a forma de organizar o trabalho impacta diretamente a saúde mental. Metas inalcançáveis, jornadas extensas, pressão contínua e ambientes baseados no medo provocam ou agravam o adoecimento

de trabalhadores e trabalhadoras.

A necessidade de reconhecimento desses fatores de risco psicossociais no ambiente laboral é reforçada pelos índices alarmantes de afastamentos previdenciários relacionados a transtornos mentais e comportamentais, sobretudo ansiedade e depressão. Em 2024, houve cerca de 472 mil afastamentos pelo INSS, representando aumento acentuado em relação ao ano anterior. Em 2025, foram mais de 540 mil benefícios associados à saúde mental.

Não se trata de fragilidade individual, mas de um problema sistêmico. Quando as exigências ultrapassam limites humanos, o adoecimento deixa de ser exceção e torna-se consequência previsível. Em contextos de crise climática, exigir produtividade normal em condições anormais é produzir risco.

Eventos climáticos devem integrar a análise de riscos também por seus impactos na organização do trabalho e na saúde mental. Em um cenário de ondas de calor, trabalhadores de setores como construção civil ou limpeza urbana enfrentam maior risco físico e maior pressão por resultados, ocasionando estresse, ansiedade e exaustão. É necessário rever metas, ritmos e formas de gestão.

Quando se está diante de desastres climáticos, os fatores de risco psicossociais se agravam. Luto coletivo, perdas materiais, dificuldades de deslocamento e ruptura de vínculos sociais geram sofrimento psíquico intenso. Impõe-se adaptar a organização do trabalho, com flexibilização de jornadas, condições compatíveis com a realidade vivida e apoio psicossocial.

É preciso reconhecer a dimensão humana desses fenômenos climáticos. Cada evento extremo carrega histórias individuais que precisam ser reconhecidas e respeitadas. A proteção dos trabalhadores deve ser orientada não apenas pela continuidade das operações, mas pelo cuidado com a vida.

A hiperconectividade típica da sociedade contemporânea agrava esse cenário, ao diluir as fronteiras

entre trabalho e descanso, comprometendo o direito à desconexão. Não bastam pausas inviáveis nem incentivos ao autocuidado em ambientes estruturalmente adoecedores. A efetividade depende de coerência com a organização do trabalho, o que inclui a revisão de metas, ritmos e modelos de gestão.

A prevenção precisa ser repensada de forma integrada. A prioridade deve ser a eliminação dos perigos na origem. Quando isso não for possível, deve-se buscar a redução da exposição, privilegiando-se medidas de proteção coletiva e organizacionais. No campo psicossocial, isso se traduz na reorganização do trabalho para torná-lo viável, sustentável e humano. Inclui estabelecer metas realistas, garantir pausas efetivas, respeitar o direito à desconexão e promover ambientes baseados em respeito, cooperação, escuta ativa e qualificada. Inclui reconhecer as diferenças individuais e oferecer respostas sensíveis às diversas formas de vivenciar o trabalho, especialmente em contextos de vulnerabilidade agravada por eventos climáticos.

Neste Abril Verde, a mensagem do Ministério Público do Trabalho vai além da conscientização: é um chamado à construção de uma cultura de prevenção que integre saúde mental, organização do trabalho e mudanças climáticas.

Garantir um meio ambiente de trabalho saudável pressupõe reconhecer a interdependência dos riscos do presente. Mudanças climáticas e saúde mental são dimensões de uma mesma realidade. Exigem compromisso com a vida e a compreensão de que nenhum resultado justifica o adoecimento.

Afinal, como assegurar um mundo sustentável no clima e no trabalho?

A resposta passa pela integração entre norma e realidade, entre direito e prática, entre discurso e ação. Passa por integrar clima equilibrado, trabalho protegido e ambiente saudável.

# Equidade não é adorno



» BEATRIZ BENEDITO  
Analista de relações governamentais do Alana

» TAYANNE GALENO  
Coordenadora de Relações Governamentais do Alana

Com sanção pelo presidente da República prevista para hoje, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) será um instrumento central para orientar as políticas públicas educacionais do Brasil e, por isso, é fundamental reforçar o compromisso com a equidade para os desafios que crianças e adolescentes, sobretudo negros, indígenas e com deficiência, devem enfrentar na próxima década. O projeto, enviado pelo Ministério da Educação (MEC) em junho de 2024 para a análise do Congresso, teve como uma de suas principais inovações em relação ao plano anterior as estratégias voltadas à equidade e à transversalidade das metas.

Os relatores, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, foram responsáveis por promover a participação social na elaboração do texto, que mobilizou um número recorde de participações na história recente da Câmara: foram mais de 3 mil propostas enviadas, sendo as mais recorrentes as sobre educação inclusiva, equidade e relações étnico-raciais, financiamento, valorização dos profissionais da educação e formação docente.

A despeito de as últimas discussões na tramitação do texto terem ido na contramão do que pedia a sociedade civil, se mobilizando em torno de tópicos como o ensino domiciliar, a supressão da garantia da educação para as relações étnico-raciais com o fortalecimento das leis que preveem o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e, ainda, da educação ambiental nas escolas de educação básica, a lei a ser sancionada pelo presidente Lula enfrenta de frente os desafios atuais, dois deles em especial.

O primeiro diz respeito à adoção de plataformas digitais com desenho ético e protetivo de direitos, em especial de crianças e adolescentes, e o desenvolvimento de bens públicos digitais que impeçam a contratação de aplicativos comerciais sem critérios claros e sem consulta às comunidades escolares, conforme orienta a recente lei do ECA Digital. O segundo trata da garantia de uma educação ambiental e climática em um contexto de crise, onde o direito à educação é reiteradamente ameaçado.

No campo do digital, a proposta do novo PNE prevê a ampliação da conectividade da educação, a criação de critérios e diretrizes nacionais para a adoção e o uso de plataformas educacionais digitais e da inteligência artificial, e o fomento do desenvolvimento de tecnologias e bens públicos digitais. Somente com esse compromisso fortalecido, será possível garantir que a política educacional considere fatores de equidade. Isso se mostra ainda mais relevante tendo em vista que os algoritmos, que reproduzem racismo, podem agravar no mundo on-line as desigualdades do mundo off-line.

Quando olhamos para outro tema de grande relevância, os efeitos da crise climática, o projeto de lei sancionado inclui ações relacionadas ao meio ambiente e clima, considerando a urgência de organizar estratégias para adaptar a infraestrutura das escolas públicas brasileiras aos impactos das mudanças climáticas e eventos extremos, especialmente para grupos mais expostos aos riscos climáticos.

Essa abordagem contribui para o desenvolvimento integral, estimulando o cuidado, o pertencimento e a compreensão das interdependências entre sociedade e meio ambiente. Ao valorizar experiências práticas e o contato com a natureza, a educação ambiental se fortalece como ferramenta essencial para formar sujeitos comprometidos com a sustentabilidade e com a preservação da vida.

Nesse sentido, pensar uma educação ambiental efetiva também implica incorporar estratégias de prevenção e preparação para eventos climáticos extremos, garantindo que escolas e comunidades estejam capacitadas para proteger, prioritariamente, crianças e adolescentes.

Essa perspectiva começa a ganhar espaço no debate legislativo, como demonstra o Projeto de Lei nº 2225/2024, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a criação de políticas de prevenção e resposta a desastres com foco na proteção de populações vulneráveis, incluindo o público infantil e juvenil. Integrar essas dimensões ao novo PNE é essencial para assegurar uma educação alinhada aos desafios socioambientais e digitais da próxima década.

Para que esse plano seja efetivado, é necessário o nosso esforço enquanto sociedade civil para garantir o monitoramento de metas quantificáveis e intermediárias, além de reforçar o compromisso com o direito de crianças e adolescentes à educação, à equidade no ambiente digital e frente à emergência ambiental e climática.



# Fechamos os olhos, e o comércio ilegal cresceu 90 vezes em 20 anos



» JULIO LOPES  
Deputado federal (PP-RJ) e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo

Quando nós somos pequenos, nossos pais nos ensinam que, se fecharmos os olhos e cantarmos — ou rezarmos —, nossos problemas se afastam. No universo lúdico, isso pode até funcionar. No mundo prático, fechar os olhos para a realidade só faz com que o pesadelo se transforme em algo ainda mais letal. Foi isso que o Brasil fez nos últimos 20 anos. Fingimos não perceber o mercado ilegal e a pirataria no país. O Leviatã agora está gigante, devora nossa economia e sufoca nossa competitividade.

Em 2004/2005, integrei a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pirataria. Naquele tempo, o cálculo estimado era de que a pirataria e o comércio ilegal causavam um prejuízo de R\$ 5 bilhões à economia formal. Um levantamento recente feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) calculou esse prejuízo em mais de R\$ 450 bilhões. É um aumento acachapante de cerca de 90 vezes. Não há sociedade que resista a isso.

Houve um tempo em que a pirataria, a falsificação, o comércio ilegal se restringiam a alguns setores.

Embragada pela chamada Lei de Gerson, “todo mundo quer levar vantagem em tudo”, a sociedade se acostumou a naturalizar a compra do DVD pirata, do cigarro contrabandeado dos países vizinhos, a consumir bebida feita muitas vezes no fundo do quintal. Mas isso cresceu e hoje envolve diversos setores da economia: roupas, bebidas, combustíveis, material esportivo, de higiene pessoal, defensivos agrícolas, ouro, TV por assinatura, óculos, cigarros, celulares, filmes, perfumes, computadores, brinquedos, pneus. E tantos outros ainda pouco mensuráveis.

Todos esses setores estiveram recentemente em um jantar promovido pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo e pelo Movimento Brasil Competitivo para aprofundar as estratégias da Comissão Externa Brasil Legal, criada por mim. Todos eles, além da CNI e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), reforçaram que o país não pode ficar de braços cruzados diante dessa catástrofe.

Mais do que debater e propor ações legislativas, precisamos criar uma estrutura de governo para combater esse tipo de crime. Promover treinamentos integrados das polícias civil, militar, federal, rodoviária federal e Receita Federal, com apoio da Agência Brasileira de Propriedade Intelectual e da CNI. Precisamos nos preparar porque o outro lado está mais do que preparado.

Prova disso é que o crime organizado mudou sua estratégia de negócios. PCC, Comando Vermelho, milícia e outros — essas mesmas quadrilhas que loteiam e sitiam

cidades e que estão na mira do governo americano desajeitado de classificá-las como organizações terroristas — seguem vendendo drogas e armas, mas se imiscuiram na economia formal, como espelhos tenebrosos que refletem o lado escuro da sociedade. Matam, roubam, falsificam. Potencializam seus lucros e minimizam suas perdas, porque as penas de falsificação são menores do que as de tráfico. Ganham eles, perdem todos nós. Porque, além de tudo, isso obriga a economia formal a ter custos maiores de segurança. E isso impacta em preços. Preços mais altos arrastam parte da população para o comércio ilegal — e retroalimenta o cenário que descrevemos anteriormente.

Não podemos normalizar isso. Não podemos nos anestesiarmos ao ver cidades inteiras — o meu Rio acaba sendo exemplo mais cristalino, mas essa rotina de horror se espalha por vários municípios — reféns de organizações criminosas que deixaram de vender produtos proibidos, como drogas, para comercializar itens que as pessoas precisam, como celulares, roupas, combustíveis. Isso torna o país menos competitivo, mais inseguro e mais caro. E tudo isso antes de se tornar justo e desenvolvido.

É fácil travar essa batalha? Não. Vamos encontrar as soluções e todas as respostas na Comissão Externa? Tampouco. Mas precisamos que todos venham debater conosco. As últimas duas décadas mostram que fechar os olhos e se esconder embaixo da cama não exclui os demônios que arrastam correntes nos quartos de nossa nação.